

# Receita investiga políticos que enriqueceram

■ Já de posse do levantamento patrimonial dos citados na CPI, autuações e multas começarão logo no início do mês de janeiro

PORTO ALEGRE — O secretário da Receita Federal, Osires Lopes Filho, informou ontem que no início de janeiro começarão a ser autuados e multados os políticos envolvidos em enriquecimento ilícito, conforme as investigações da CPI do Orçamento e sigiloso levantamento da própria Receita. Ele contou que há algum tempo a Receita vem fazendo o levantamento patrimonial de todas as pessoas que são citadas ou investigadas pela CPI.

“Nós não divulgamos isso por causa do sigilo fiscal”, explicou, justificando que o mesmo sigilo fiscal o impede de divulgar os nomes sob investigação e, especialmente, os parlamentares que sofrerão as autuações da Receita. Parte desses levantamentos, aliás, já está sendo utilizada pelos membros da CPI do Orçamento para facilitar as próprias investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quanto ao seqüestro dos bens havidos ilegalmente ou em valor muito superior à evolução patrimo-

nial baseada em rendimentos estáveis e conhecidos, caberá um pedido à Justiça pela Procuradoria-Geral da República. Osires Lopes Filho contou que há 25 dias teve uma reunião com o procurador geral da República, Aristides Junqueira, com esse objetivo.

Ficou acertado que Aristides fará os pedidos de seqüestro de bens assim que a Receita concluir o levantamento de cada parlamentar envolvido. Ou seja, na mesma época, em janeiro, que os políticos começarem a sofrer as autuações da Receita Federal, também enfrentarão pedidos de seqüestro de seus bens que forem em valor superior à sua evolução patrimonial ou obtidos de forma ilegal ou como resultado de sua ação criminosa na Comissão do Orçamento.

O procurador-geral da República também deverá pedir a cassação de seus direitos políticos, tornando-os inelegíveis por oito anos.

Luiz Antonio — 24/11/93



Osires não dá nomes: sigilo fiscal